

## **Aikewáras: A Guerra Contra O Esquecimento<sup>1</sup>**

Thomas Jefferson Gonçalves<sup>2</sup>

Fernando Oliveira Paulino<sup>3</sup>

Universidade de Brasília, Brasília, DF

### **Resumo**

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo criar uma reportagem a respeito de como os indígenas da etnia aikewára foram torturados por agentes do Estado durante os combates contra a Guerrilha do Araguaia, em inícios dos anos 1970. Também, tenciona-se refletir a representação dos indígenas pela mídia, mais especificamente grandes jornais impressos. Por fim, são propostas outras discussões pertinentes ao processo de desenvolvimento deste TCC, como a maneira ideal de se escrever o nome de etnias indígenas e a participação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília no Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da UnB. Espera-se, com este projeto, que a questão indígena mantenha-se ativa na sociedade, bem como ajudar no aprimoramento da participação de graduandos de comunicação em pesquisas que demandem aprovação de mérito ético.

### **Palavras-chave**

Aikewára; Araguaia; grande reportagem; indígena; guerrilha.

### **Introdução**

Ainda se verifica, por parte da mídia, uma cobertura preconceituosa e estereotipada do indígena, o que se reflete na sociedade. Isso ajuda a manter injustiças promovidas contra uma minoria que, ainda hoje, tem dificuldade para expressar-se. Segundo dados do Censo IBGE de 2010, os que se declaram indígenas representam 0,1% da população. Apesar dos avanços obtidos por meio de programas sociais, que foram capazes de aumentar a demografia de alguns povos, certas etnias ainda estão ameaçadas pelo que se pode considerar um genocídio velado.

O clipping de notícias feito para este TCC indica o quanto assuntos indígenas são filtrados pelos meios de comunicação – especialmente os de caráter positivo. Além

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 15 a 17 de junho de 2018.

<sup>2</sup> Bacharel em Jornalismo pela FAC-UnB, e-mail: <[tonyjeff@hotmail.com](mailto:tonyjeff@hotmail.com)>.

<sup>3</sup> Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da FAC-UnB, e-mail: <[fopaulino@gmail.com](mailto:fopaulino@gmail.com)>.

disso, a comparação que foi feita em capítulo adiante sobre duas reportagens feitas no mesmo ano – a de Lucas Figueiredo para a revista *GQ Brasil* e a de Ismael Machado para o Diário do Pará – demonstra o quanto a visão estereotipada do “mau selvagem” ainda é atribuída a indígenas.

### **Os aikewáras**

Para esta pesquisa, a principal referência para os aikewáras foi a antropóloga Iara Ferraz, que conviveu com os indígenas por mais de trinta anos. Tendo chegado à região alguns anos após a Guerrilha do Araguaia, Ferraz é importante testemunha do processo pelo qual os aikewáras passaram, inclusive participando da comissão que desenvolveu o relatório *Tempo de guerra*, entregue a Maria Rita Kehl, integrante da Comissão Nacional da Verdade<sup>4</sup>, e importante subsídio para o processo de indenização julgado pela Caravana da Anistia. Os contatos com Ferraz para este projeto iniciaram-se seis meses antes da viagem à aldeia Sororó e se mantêm até hoje.

Também constituíram importante fonte de informação a respeito dos indígenas os profissionais da Funai que intermediaram o contato com esses e conduziram à aldeia, especialmente Diócles Rocha de Aguiar, conhecido localmente como Júnior Bacana. Aguiar chegou a ser, durante um período, o supervisor responsável pela Terra Indígena Sororó, onde se encontram os aikewáras.

Por fim, o contato direto com os aikewáras se demonstrou essencial para compreendê-los. A decisão de conversar com apenas quatro dos catorze indenizados se deu por questões práticas: eram alguns dos mais acessíveis, compreendiam melhor o português, estavam disponíveis durante a época da visita à aldeia – período de colheita de castanha-do-pará – e se concentravam na aldeia Sororó, única que a Funai permitiu visitar.

### **Os indígenas durante a ditadura militar**

---

<sup>4</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. CNV recebe relatório sobre violações de direitos dos índios Aikewara, Suruí, do Pará. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/outros-destaques/483-cnv-recebe-relatorio-sobre-violacoes-de-direitos-dos-indios-aikewara-suru-i-do-para.html>>. Acessado em 28-4-2017.

Um capítulo ainda oculto na história do Brasil é sobre os crimes impetrados contra populações indígenas durante o período de ditadura militar de 1964 a 1985. Aliada à censura geral que a mídia sofria à época estava a indiferença da sociedade a esses povos. As discussões sobre as práticas criminosas promovidas por agentes do Estado contra indivíduos da resistência se concentram naqueles que participaram da guerrilha urbana e camponesa. Pouco se fala sobre o que ocorreu com indígenas.

O relatório final apresentado pela Comissão Nacional da Verdade, contudo, é assustador. Se, por um lado, foram reconhecidos 434 de mortos ou desaparecidos de não indígenas que resistiram à ditadura, entre indígenas esse número é estimado em 8.350 – uma proporção de vinte indígenas para cada não indígena. Esse genocídio velado ocorreu especialmente por projetos de ocupação do Oeste e do Norte, com construção de estradas, hidroelétricas, fábricas e apropriação de terras para cultivo.

Os principais povos a sofrer violações de direitos humanos no período, de acordo com o relatório da CNV, foram os cintas-largas (RO), uaimiris-atroaris (AM), tapaiúnas (MT), ianomâmis (AM/RR), xetás (PR), panarás (MT), paracanãs (PA), xavantes de marãiwatsedé (MT), arauetés (PA) e araras (PA). Mas há muitos outros, como os avás-canoeiros (TO), acraticatejês (PA), aikewáras (PA) e crenaques (MG). O que torna a situação mais absurda é que justamente a instituição estatal que deveria protegê-los, a Funai, denominada Serviço de Proteção aos Índios (SPI) até 1967, facilitou a ocorrência dessas injustiças, como se verifica, por exemplo, no relatório *Tempo de guerra*.

Gradualmente, histórias do passado começam a surgir. É o caso, por exemplo, dos chamados centros de recuperação indígenas criados em inícios dos anos 1970 em Minas Gerais – o Reformatório Krenak, em Resplendor (MG), e a Fazenda Guarani, em Carmésia (MG). Ambos se constituíram em verdadeiros campos de concentração, detendo indígenas sem o devido processo legal e contra eles perpetrando diversas violações de direitos humanos – como torturas, espancamentos, trabalhos forçados,

privação de comida, falta de cuidados básicos e mesmo execuções<sup>56</sup>. Ambos os centros reuniam indígenas de diferentes etnias e regiões, mas especialmente crenques, por viverem nas proximidades. Com a desculpa de que os indígenas eram para lá encaminhados para serem melhores educados após cometerem diferentes delitos – como vadiagem, embriaguez ou circulação fora de sua reserva indígena – muitos eram, na realidade, para lá enviados por resistência a interesses capitalistas para apropriação indevida de suas terras<sup>7</sup>. Esses reformatórios foram paulatinamente abandonados em inícios dos anos 1980. Em 2016, o Ministério Público Federal em Minas Gerais (MPF-MG) ajuizou ação pública contra esses e outros crimes praticados pelo Estado contra populações indígenas<sup>8</sup>, mas o caso ainda é pouco conhecido pela sociedade.

Outro caso famoso de violação de direitos humanos contra indígenas e diretamente relacionado aos reformatórios mineiros de Resplendor e Carmésia foi a criação da Guarda Rural Indígena (Grin), também em Minas Gerais. Subordinadas à Ajudância Minas-Bahia da Funai e à Polícia Militar de Minas Gerais, a Grin foi instituída por portaria da Funai de setembro de 1969 e teve a formatura da primeira turma em fevereiro do ano seguinte. O evento foi cercado de pompa, com a presença do governador de Minas Gerais, Israel Pinheiro, e do ex-vice-presidente da República José Maria Alkmin<sup>9</sup>. Durante o desfile, que foi filmado, dois indígenas feitos soldados carregam em um pau de arara um terceiro indígena, constituindo-se no único registro em imagem conhecido de tortura praticada durante evento oficial no Brasil<sup>10</sup>.

---

<sup>5</sup> CARTA CAPITAL. Ditadura criou cadeias para índios com trabalhos forçados e torturas. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/ditadura-criou-cadeias-para-indios-com-trabalhos-forcados-e-torturas-8966.html>>. Acessado em 28-4-2017.

<sup>6</sup> PUBLICA. Um campo de concentração indígena a 200 quilômetros de Belo Horizonte (MG). Disponível em: <<http://apublica.org/2013/06/um-campo-de-concentracao-indigena-200-quilometros-de-belo-horizonte-mg/>>. Acessado em 28-4-2017.

<sup>7</sup> O GLOBO. As tragédias dos índios Krenak. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/as-tragedias-dos-indios-krenak-18533019>>. Acessado em 28-4-2017.

<sup>8</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. MPF/MG: ação pede que Estado brasileiro seja responsabilizado por graves violações de direitos humanos dos Krenak. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-mg-acao-pede-que-estado-brasileiro-seja-responsabilizado-por-graves-violacoes-de-direitos-humanos-dos-krenak>>. Acessado em 28-4-2017.

<sup>9</sup> FOLHA DE S.PAULO. A missão. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/77297-a-missao.shtml?cmpid=hardassinanteuol>>. Acessado em 28-4-2017.

<sup>10</sup> PUBLICA. Treinados pela PM, índios-soldados reprimiam seus pares. Disponível em: <<http://apublica.org/2013/06/treinados-pela-pm-indios-soldados-reprimiam-seus-pares/>>. Acessado em 28-4-2017.

A Grin tinha como missão controlar indígenas que perturbassem de alguma forma a ordem, fossem aqueles que praticassem delitos menores ou aqueles resistentes a projetos de incorporação de terras indígenas, prendendo-os dentro de sua terra indígena, espancando-os e, em último caso, conduzindo aos reformatórios Krenak e Guarani. Entre os povos que mais sofreram ações da Grin, estão os maxacalis, que à época tiveram terras localizadas no vale do rio Doce invadidas por posseiros<sup>11</sup>. Em pouco tempo, a Grin se constituiu em poder paralelo, praticando diversos desmandos contra as populações indígenas, e logo a Funai resolveu extingui-la, já em 1974. Este caso também faz parte da ação pública do MPF-MG contra o Estado.



Figura 1: cena do filme *Arara*, de Jesco von Puttmaker, que mostra cenas da formatura da primeira turma da Guarda Rural Indígena, em fevereiro de 1970. Viria a se tornar o único registro conhecido de prática de tortura em evento oficial no Brasil<sup>12</sup>.

Diversos outros casos de violência contra indígenas ocorreram durante a ditadura, a maioria ainda pouco conhecida. Gradualmente, o Estado vem reconhecendo erros do passado e promovendo ações de reparação. Contudo, o processo ainda é moroso e muitas vezes insuficiente. Cabe à sociedade conscientizar-se desses crimes e

---

<sup>11</sup> POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. A guarda rural indígena. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/maxakali/774>>. Acessado em 28-4-2017.

<sup>12</sup> FORUMDOC.BH. Arara – Guarda Rural Indígena. Disponível em: <<http://www.forumdoc.org.br/movie/arara-guarda-rural-indigena/>>. Acessado em 28-4-2017.

exigir justiça. Mesmo porque os crimes contra indígenas continuam ocorrendo ainda hoje.

### **A representação do indígena nos meios de comunicação**

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) baseia-se na hipótese de que os indígenas são ainda hoje tratados, no geral, pela mídia impressa brasileira de maneira estereotipada, superficial e preconceituosa. Essa visão preserva o ranço do colonizador, que enxergava o indígena ou como algo exótico, ou como algo selvagem. E, assim como nos primeiros contatos, esse olhar enviesado atende a interesses econômicos, ignorando o bem-estar dessas populações.

### **A cobertura por jornais impressos sobre a indenização dos aikewáras em 2014**

Foi notória a falta de cobertura pelos grandes meios de comunicação sobre o julgamento do processo de indenização dos aikewáras, realizado no segundo semestre de 2014 pela Caravana da Anistia. Por grandes meios de comunicação entenda-se jornais e revistas impressos de grande circulação ou emissoras de rádio e televisão com grande audiência. Alguns dos principais jornais impressos do país restringiram-se a noticiar o fato – outros nem isso. Nenhum desses jornais produziu uma reportagem para contar o caso dos aikewáras detalhadamente à época do julgamento. À exceção de O Globo, que fez uma matéria extensa sobre a tortura dos povos indígenas sofrida durante a ditadura militar. Esta, porém, apenas citava os aikewáras ao longo do texto e foi publicada quase seis meses antes do julgamento.

<b>Jornal</b>	<b>Julgamento</b>	<b>Data</b>	<b>Outra matéria</b>	<b>Data</b>
<b>Globo</b>	Não		Sim	12/04/2014
<b>Correio brasileiro</b>	Não		Não	
<b>Estado</b>	Sim	19/09/2014, 22/09/2014	Sim	19/09/2014, 27/10/2014
<b>Folha</b>	Sim	22/10/2014	Não	
<b>Zero hora</b>	Não		Não	
<b>Diário do Pará</b>	Não		Sim	02/12/2012
<b>Agência brasil</b>	Sim	19/09/2014	Sim	26/09/2012, 04/11/2012, 17/11/2012, 18/11/2012, 03/11/2014

Para demonstrar a baixa cobertura dos meios no caso em questão, foi realizado um *clipping* baseado na lista dos principais jornais impressos do Brasil divulgada pela Associação Nacional de Jornais (ANJ)<sup>13</sup>. Nesse *clipping*, buscou-se coletar dados de pelo menos uma publicação da região Norte, onde os aikewáras vivem, e uma do Centro-Oeste, onde este TCC foi realizado. O jornal impresso com maior circulação no país, Super Notícia, não foi incluído por não ter um sistema *on-line* de pesquisa de acervo.

Com base nessa pesquisa, já é possível intuir alguns fenômenos que ocorrem na cobertura de assuntos indígenas: a teoria do agendamento, a teoria do *gatekeeping* e a teoria da espiral do silêncio. Formulada por Maxwell McCombs e Donald Shaw nos anos 1970, com base nos estudos de Walter Lippmann dos anos 1920, a teoria do agendamento (*agenda-setting theory*, no original) pressupõe que a mídia é capaz de pautar a opinião pública sobre quais assuntos devem ser discutidos, e como devem abordados. Os consumidores da informação tenderiam a considerar mais importante aquilo que é veiculado pela imprensa, ignorando o restante (MCCOMBS & SHAW, 1972). Originalmente, para os autores, o agendamento da pauta a ser discutida pela população seria uma consequência dos critérios de noticiabilidade empregados pelos veículos de comunicação, não necessariamente com o objetivo de influenciar a opinião pública.

As duas outras teorias – *gatekeeping* e espiral do silêncio – estariam intrinsecamente relacionadas à primeira. A teoria do *gatekeeping* foi trazida para o campo da comunicação por David Manning White usando ideias que Kurt Lewin desenvolveu para a psicologia uma década antes. Observando a rotina das redações, White percebeu que a escolha das notícias a serem divulgadas muitas vezes seguiam critérios subjetivos e arbitrários. Em seu entender, os jornalistas deveriam preparar-se para assumir tal responsabilidade (WHITE, 1950). O risco de exercer o poder de pautar a imprensa seria a falta de divulgação para o público de assuntos importantes. Com o advento da Internet e a democratização progressiva da produção e divulgação de

---

<sup>13</sup> ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS JORNAIS. Maiores jornais do Brasil. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acessado em 28-4-2017.



conteúdo, a importância do “porteiro” vem diminuindo, mas ainda tem papel relevante nos meios de comunicação de massa.

Já a espiral do silêncio é uma teoria criada na década de 1960 pela cientista política alemã Elizabeth Noelle-Neuman. Segundo ela, as opiniões dominantes tendem a prevalecer nos meios de comunicação, fazendo com que aqueles com opiniões divergentes mudem de ideia ou se mantenham calados, salvo exceções. Constrói-se, assim, um discurso daquilo que é tido como “opinião pública”. Esse processo é reforçado pela força da mídia, capaz de repetir o mesmo discurso várias vezes e da mesma forma em diferentes veículos e lugares.

O processo para determinar a divulgação do julgamento dos aikewáras passou pelos mesmos elementos. A falta de noticiabilidade do fato fez com que o assunto fosse pouco conhecido pela sociedade, e conseqüentemente pouco debatido. Isso porque as editoriais desses jornais decidiram, de maneira arbitrária, não se aprofundar nessa notícia. Por fim, com a falta de conhecimento de injustiças como a sofrida pelos aikewáras e a escassez de debate, opiniões divergentes ao chamado “senso comum” são desencorajadas. Mas por que um fato tão relevante para a sociedade pode acabar sendo ignorado pelo jornalismo, considerado parte do quarto poder – aquele que deve fiscalizar todos os demais poderes?

### **Origens da visão estereotipada do ameríndio**

A visão estereotipada sobre a população indígena que ainda hoje persiste em nossa sociedade tem suas origens nas remotas cartas escritas por viajantes europeus em que contam as primeiras impressões sobre o Novo Mundo (NEVES, 2009). Cristóvão Colombo, que parecia realmente acreditar ter chegado às Índias – região que abrangia a Ásia Meridional e o Sudeste Asiático –, denominou os aborígenes que encontrou de “índios”, termo usado à época não apenas para se referir a indianos, mas a habitantes do Extremo Oriente de maneira geral. Nas cartas ao rei Fernando V de Castela e em seu diário, Colombo destaca o canibalismo, a nudez dos indígenas – especialmente das mulheres – e considera que são de “cor” distinta da do europeu, associando-os ao amarelo. Além disso, é comum, nos escritos de Colombo, o enquadramento dos indígenas em algum tipo de característica, o que varia ao longo de seus textos: ora medrosos, ora ingênuos, ou cruéis, ou covardes.



Esses traços serão reforçados por outros cronistas europeus, como Américo Vespúcio e Pero Vaz de Caminha. Buscava-se nesses relatos o exótico, o maravilhoso, inclusive com o objetivo de justificar o investimento financeiro necessário para a exploração de terras que logo se concluiu não serem as Índias. Esse discurso vai ser propagado por escritores e artistas que posteriores – muitos dos quais nem sequer chegaram a visitar o novo continente. Uma xilogravura de Johann Froschauer que ilustra a carta *Mundus novus*, de Vespúcio, publicada em 1505, é considerada a primeira imagem do indígena brasileiro (NEVES, 2009). Com barba e trajes sumários feitos de folhas ou plumas, praticando canibalismo, ela se aproxima da visão europeia de selvagem, calcada pelo Império Romano. O canibalismo, praticado por algumas tribos com caráter religioso, é visto de maneira mundana.



Figura 2: xilogravura de Johann Froschauer para a carta *Mundus novus*, de Américo Vespúcio.

Os padres jesuítas José de Anchieta, Antônio Nóbrega e Antônio Vieira, até hoje respeitados por sua produção literária, foram fundamentais para a padronização do que se entendia por cultura indígena e a erradicação da memória desses povos. Em *Dos feitos de Mem de Sá*, considerado o primeiro poema épico feito no Brasil, Anchieta vangloria o colonizador e deprecia os indígenas que não se sujeitam à dominação – no caso, os tupinambás. Ilustra bem a relação dual estabelecida entre jesuítas e indígenas, priorizando aqueles que aceitavam a catequização para se tornarem “civilizados”. A aculturação ocorreu inclusive na normatização da língua indígena, na obra *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de Anchieta, ao submetê-la à lógica gramatical latina e tomando como referência principal a língua tupinambá,

desconsiderando-se a diversidade das outras línguas tupis – inventava-se, assim, uma língua franca: o tupi-guarani.

Essa produção cultural seminal sobre o indígena brasileiro influenciou muito o romantismo indianista no país, especialmente o aborígine idealizado com características cristãs na obra de Anchieta, de preferência submisso ao europeu. Outorgava-se ao indígena a imagética do cavaleiro medieval, por ser considerado o bom selvagem de Jean-Jacques Rousseau, visto que não houve Idade Média na América. O goitacá Peri, a tabajara Iracema e o araguaia Ubirajara, protagonistas da trilogia indianista de José de Alencar, são heróis trágicos, puros de alma e representam a união do indígena com o europeu.

A visão idealizada e estereotipada do indígena, ainda que criticada posteriormente – como, por exemplo, na literatura modernista – persistirá, de alguma forma, nas representações veiculadas pela mídia.

### **A representação do indígena na mídia impressa**

Ainda hoje, muito da visão etnocêntrica de origem colonial se persiste. Os meios de comunicação tendem a perpetuar esse discurso e são o principal canal de informação da sociedade<sup>14</sup>. A manutenção dessa narrativa atende a interesses semelhantes àqueles que conduziam o colonialismo há 500 anos: dominar o território, explorar recursos naturais e subjugar populações autóctones locais.

Verifica-se, no geral, tendência a retratar o indígena apenas como vítima de violência ou como autor de violência (MELO, 2008). Ainda é associado ao diferente, exótico, sendo representado como alguém desajustado à ordem corrente (MINARDI, 2012). Em entrevista para este TCC, Maurício Neves Corrêa, doutorando em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista e mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia, afirma que, muitas vezes, indígenas são ignorados por jornalistas por não atenderem ao “perfil

---

<sup>14</sup> SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO ESPECIAL. Relatório Final Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM) 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/tonyj/OneDrive/universidade/TCC/Refer%C3%A2ncias/Pesquisa%20Brasileira%20de%20M%C3%ADdia%20-%20PBM%202016.pdf>. Acessado em 9-6-2017.

puro” do indígena – não são pardos, vestem-se com roupas comuns, falam português perfeitamente etc.



Figura 3: capa de edição de junho de 1992 da revista *Veja* retratando Paulinho Paiakã como selvagem.

Um exemplo clássico na mídia impressa foi a capa de uma edição de junho de 1992 da revista *Veja*, retratando o indígena caiapó Benkaroty Kayapó, mais conhecido como Paulinho Paiakã (também Paiacã ou Paiacan). Acusado de estuprar, com a ajuda de sua esposa, uma jovem de dezoito anos, em um processo que se arrastaria por anos e eivado de problemas, Paiakã foi rapidamente exposto pela revista como um “selvagem”, retratando-o como culpado muito antes de qualquer condenação. Independentemente do resultado do julgamento, que ocorreria quase uma década depois, a mídia não hesita em retratar o indígena sob um estereótipo que remonta ao colonialismo.

No caso dos aikewáras, já foi citada a notória ausência de reportagem sobre o caso quando do julgamento do caso pela Caravana de Anistia. Há, porém, um caso específico que merece ser destacado. Em 2011, o jornalista Lucas Figueiredo escreveu uma reportagem sobre o caso da invasão da aldeia aikewáras pelas forças militares para

a edição n.º 1 da revista *GQ Brasil*, intitulada *O segredo dos índios aikewara*<sup>15</sup>. Figueiredo, contudo, inverteu os papéis, colocando os indígenas não como vítimas, mas sim como alvos dos guerrilheiros, agindo em conluio com as forças armadas com vistas a ser recompensados. Na reportagem, os aikewáras são retratados como “mercenários de guerra do Exército”, “máquinas de caçar e matar homens” e cortadores de cabeça que praticavam aborto e infanticídio para fugir dos inimigos.

Para comprovar sua pauta, Figueiredo valeu-se da memória de outras pessoas, supostamente envolvidas no caso, como dois ex-militares e dois camponeses, cuja parcialidade é questionável. Para citar uma das principais fontes do repórter, o coronel da reserva Aluísio Madruga de Moura e Souza é autor de livros como *Guerrilha do Araguaia – revanchismo: a grande verdade*, que ataca “as versões fictícias da mídia esquerdista”<sup>16</sup>. Curiosamente, na reportagem Souza alega não saber detalhes sobre o envolvimento dos aikewáras no combate à Guerrilha, apesar de acusá-los de decepar guerrilheiros. Sem o cuidado de verificar o depoimento das fontes, Figueiredo prefere o “furo” jornalístico. Em seu texto, o repórter reconhece que os indígenas negam os fatos. Fica, então, a palavra de um contra a de outro, dando-se preferência para o lado que lhe convém e ignorando um princípio básico do Estado de direito: a presunção da inocência, cabendo a quem acusa o ônus da prova.

Tal versão dos fatos é refutada não apenas pelos aikewáras, mas também por antropólogos que convivem com eles há décadas, como Iara Ferraz, ex-guerrilheiros, como Toninho do Araguaia, e as equipes da Caravana da Anistia e da Comissão Nacional da Verdade, que sempre mantiveram-se abertas para o contraditório.

## Referências bibliográficas

ANCHIETA, José de. **Feitos de Mem de Sá**. São Paulo: Ministério da Educação e Cultura, 1970.

---

<sup>15</sup> BLOG DO LUCAS FIGUEIREDO. O segredo dos índios Aikewara. Disponível em: <<https://lfigueiredo.wordpress.com/2012/01/31/arquivo-de-reporter-o-segredo-dos-indios-aikewara/>>. Acessado em 28-4-2017.

<sup>16</sup> GRUPO INCONFIDÊNCIA. Disponível em: <[http://www.grupoinconfidencia.org.br/sistema/index.php?option=com\\_content&view=article&id=560:guerrilha-do-araguaia-revanchismo-a-grande-verdade&catid=179:livros&Itemid=141](http://www.grupoinconfidencia.org.br/sistema/index.php?option=com_content&view=article&id=560:guerrilha-do-araguaia-revanchismo-a-grande-verdade&catid=179:livros&Itemid=141)>. Acessado em 9-6-2017

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. artigo 205.

BULHÕES, Marcelo. **Jornalismo e literatura em convergência**. São Paulo: Ática, 2007.

CASTRO, Marcos de. **A imprensa e o caos na ortografia**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório. Brasília: CNV, 2014. 976 p.

FERRAZ, I., CALHEIROS, O., SURUÍ, T., SURUÍ, Y. **O tempo da guerra: os aikewára e a guerrilha do Araguaia**. 2014.

FILHO, Romualdo Pessoa Campos. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOLDIM, José Roberto. Princípios éticos. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/bioetica/princip.htm>>. Acessado em 10-6-2017.

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. São Paulo: Ática, 2007

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MAGNO, A. B. **A agonia da grande reportagem: das grandes aventuras da imprensa brasileira à crise do mais fascinante dos gêneros jornalísticos**. 2006. 168 f. Tese (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília. 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Oralidade e escrita. **Signótica**, Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, Goiânia, volume 9, número 1: 119-145, 1997.

MCCOMBS, M; SHAW, D. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, Oxford University Press, vol. 36, n. 2, pp. 176-187, 1972.

MCLUHAN, M., FIORE, Q. **The medium is the message: an inventory of effects**. Berkeley: Ginkgo Press, 1967.

MEISNER, Maurice. **Mao's China and after**. Nova Iorque: Free Press, 1999.

MELO, Patrícia Bandeira de. O índio na mídia: discurso e representação social. Observadordeste. Fundação Joaquim Nabuco, 2008.

MINARDI, Deborah. Mídia e representações sociais indígenas: caso do ataque ao acampamento guarani kaiowá. VIII Conferência Brasileira de Mídia Cidadã. 2012.

MORAIS, Tais de, SILVA, Eumano. **Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha**. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

MOURA, Dione O. O relato jornalístico: além do atual, do singular e do extraordinário. In: Sérgio Dayrell Porto; Maurice Mouillaud. (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. 3ª ed. Brasília: Editora UnB, 2012.

NEVES, I. S. **A invenção do índio e as narrativas orais tupi**. 2009. 209 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2009.

O ESTADO DE S. PAULO. **Manual de redação e estilo**. Eduardo Martins (Org.). São Paulo: 1990.

OXFORD DICTIONARY OF ENGLISH. Verbete *East Indies*. 2 ed. Oxford University Press, 2003.

RIESMAN, D., GLAZER, N., DENNEY, R. **The lonely crowd: a study of the changing American character**. 2ª ed. New Haven: Yale University Press, 2001.

STUDART, Hugo. **A lei da selva: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Geração Editorial, 2006

UNGARETTI, Wladimir. A Literatura como forma de resistência. **Ponto de Vista**, 2001.